

MOVIMENTOS DE RUPTURA E LINHAS DE CONTINUIDADE DE UMA GRAMÁTICA ESCOLAR BRASILEIRA DE 1980 COM A TRADIÇÃO GRAMATICAL

Natássia Thais do Nascimento Ribeiro¹
Francisco Eduardo Vieira (orientador)²

RESUMO:

Este trabalho objetivou perceber movimentos de ruptura e/ou continuidade em uma gramática escolar brasileira de 1980, década em que a *virada sociodiscursiva* na reflexão sobre o ensino de língua materna se encontrava em sua fase de desenvolvimento (GUEIROS, 2019). Aqui, analisamos a obra *Gramática Pedagógica*, de Mesquita e Martos, publicada em 1980, pela Editora Saraiva. Para empreender esta análise, consideramos os seguintes questionamentos: que concepções linguísticas estão imbricadas no manual analisado? Desenvolve-se uma *retórica de ruptura* (MURRAY, 1994) com a tradição gramatical? Para tanto, elencamos como objetivos específicos: i) perceber os discursos de ruptura e/ou continuidade na apresentação da gramática escolar analisada; ii) analisar a gramática em sua imanência, particularmente a abordagem dos conteúdos de sintaxe, a fim de observar se o manual apresenta uma tentativa de desfiliação com a tradição gramatical. Situamo-nos no campo teórico-metodológico da Historiografia da Linguística (HL), entendida como área interdisciplinar dentro da história da ciência e das ideias (SWIGGERS, 2013). A fim de abarcarmos as dimensões *externa* e *interna* necessárias ao trabalho historiográfico, utilizamos dois princípios propostos por Koerner (1996) para empreender uma pesquisa em HL, a saber: *contextualização* e *imanência*. Os resultados apontam que, apesar de ter sido produzida à época de desenvolvimento da *virada sociodiscursiva*, a gramática analisada não traz em seu texto de apresentação uma retórica de ruptura com a tradição gramatical. Na mesma direção, os conteúdos de sintaxe analisados confirmaram que a obra ainda apresenta forte filiação com o “paradigma tradicional de gramatização” (VIEIRA, 2018).

Palavras chave: Gramática escolar, Tradição gramatical, Virada sociodiscursiva, Historiografia da Linguística.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se inscreve no campo teórico-metodológico da Historiografia Linguística (doravante, HL), entendida como área interdisciplinar dentro da história da ciência e das ideias (SWIGGERS, 2013).

Tendo como princípio norteador a reconstrução do contexto (social, ideológico, intelectual) no qual esteve inserido determinado objeto de pesquisa, o fazer historiográfico na linguística deve repousar na tentativa de refazer determinados caminhos, buscando responder a questionamentos que envolvem, por vezes, teorias e práticas já instituídas no âmbito da linguística e, no que compete a este trabalho, dentro do ensino de gramática.

¹ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), natassiathais@gmail.com

² Professor Adjunto II do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) e do Programa de Pós- Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), feduardovieira@gmail.com

Em se tratando dos estudos gramaticais, é visível a contribuição deixada pela tradição greco-romana para o ensino de gramática. Pode-se dizer que foi a partir desses estudos que se constituiu todo o lineamento taxionômico, conceitual, metodológico e ideológico de nossas gramáticas normativas contemporâneas, afirmação que perpassa a noção de *paradigma tradicional de gramatização* (PTG), termo cunhado por VIEIRA (2018) para se referir ao modelo milenar utilizado na elaboração de gramáticas no ocidente.

O processo de gramatização Auroux (1992) foi iniciado no Brasil com a publicação da *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro, em 1881 e, desde então, como bem aponta Vieira (2016), vem desenvolvendo dois tipos de gramáticas de perfil predominantemente prescritivo-normativo: as chamadas gramáticas tradicionais (GT), sem finalidade didática explícita, embora também utilizadas para esse fim, e as gramáticas pedagógicas ou escolares (GE), elaboradas para o ensino-aprendizagem do português.

Há que se considerar, no entanto, que as GE mencionadas anteriormente se desenvolvem em um cenário em que a GT passa a sofrer duras críticas por seu caráter puramente prescritivo e suas limitações no que tange ao modo de tratar os conteúdos. Tais críticas estavam inseridas em uma atmosfera de mudança na reflexão sobre o ensino de língua materna, movimento denominado por Gueiros (2019) como *virada sociodiscursiva* (VSD). Sobre isso, este autor defende que a década de 1980 deve ser tida como a fase de desenvolvimento da VSD.

A partir desse contexto, delimitamos o objeto desta pesquisa, que tem como norte investigativo as concepções de linguagem em uma gramática de 1980, a partir da qual temos como objetivo geral analisar a obra *Gramática Pedagógica* de Mesquita e Martos, publicada em 1980, a fim de perceber a retórica de ruptura/continuidade com a tradição gramatical, bem como analisar se há, de fato, mudanças nas concepções linguísticas presentes no referido manual, no que tange ao trabalho com a sintaxe. Para tanto, elencamos como objetivos específicos: i) perceber o discurso de ruptura ou continuidade na apresentação da GE a ser analisada; ii) analisar a gramática em sua imanência através do tratamento dado aos conteúdos de sintaxe.

A escolha dessa gramática se deu por meio de três critérios, no primeiro observamos o ano de publicação, haja vista a primeira edição deste compêndio datar de 1980, fase de desenvolvimento da *virada sociodiscursiva* na reflexão sobre o ensino de língua materna (GUEIROS, 2019). O segundo critério diz respeito ao número de reedições, tendo em vista ter chegado à sua 31ª edição em 2016. O terceiro critério está ligado à representatividade dos autores em termos de aceitação no campo das discussões acerca do ensino de língua materna, bem como de suas publicações para além do referido manual.

METODOLOGIA

Este trabalho pode ser considerado de cunho bibliográfico, uma vez que nos debruçamos sobre trabalhos/materiais já existentes tanto no que diz respeito ao material analisado, quanto para fundamentar nossa pesquisa. Nos filiamos ainda aos pressupostos da pesquisa de tipo interpretativista, haja vista nossas considerações advirem da maneira como interpretamos, embasados pela literatura do aporte teórico, os dados obtidos em nossa análise.

O princípios que nortearão o tratamento do nosso material de análise serão pautados na proposta de Koerner (1996) acerca da metodologia a ser empregada na HL, para o qual a pesquisa em historiografia pode estar ancorada em três princípios: *contextualização*, *imanência* e *adequação*, explicitados no item referente ao referencial teórico deste trabalho. No tocante à nossa pesquisa, utilizaremos apenas os princípios de *contextualização e imanência*, uma vez que não objetivamos estabelecer aproximações modernas do vocabulário técnico ou do quadro conceitual apresentados pelas obras em análise, como propõe o princípio da *adequação*. O princípio da contextualização será contemplado através contextualização à época de produção da gramática analisada. Já a *imanência* será evidenciada por meio da análise da GE selecionada, a partir da qual observaremos o tratamento dado ao eixo da sintaxe, sobretudo no que tange à forma como estão estruturados, e o discurso empregado pelos autores da referida obra, objetivando perceber movimentos de *continuidades e descontinuidades com a tradição gramatical*.

DESENVOLVIMENTO

A HL não deve ser tomada por uma prática historiográfica que pretende apenas construir crônicas cronologicamente lineares acerca de eventos ligados à língua e à linguagem (ALTMAN, 2003). O que se pretende em HL é antes de tudo a reconstrução e interpretação, tendo como base critérios e categorias específicas, de fatos históricos considerados relevantes para determinado estudo.

Nesse sentido, o trabalho em HL deve estar comprometido em desenvolver uma narrativa que perceba a história a ser contada como uma versão possível, que pode ser revista a partir de outros prismas, a depender do recorte feito acerca do objeto. Sobre isso, Coelho e Heckerott (2012, p. 406) afirmam que

ao considerarmos a diversidade de perspectivas [...] entendemos prontamente que a história da produção do conhecimento linguístico pode ser reconstruída de diferentes modos [...] Mais do que isso, entendemos que há mais de uma versão possível para a história e que o valor daquela que se advoga para um autor, período, problema, tradição ou escola depende da boa costura dos elementos acionados para compô-la.

Além dessa percepção, para empreender uma narrativa historiográfica, duas dimensões devem ser consideradas: a *dimensão interna* e a *dimensão externa*.

A *dimensão interna* está ligada ao recorte sincrônico feito para a análise do objeto de estudo (escola, autor, obra) com o intuito de observar o tratamento dispensado a determinada teoria ou categoria linguístico/gramatical, por exemplo. Tal análise, possibilita ao historiógrafo perceber movimentos de *continuidades* e/ou *descontinuidades* envolvendo o material de análise.

Na *dimensão externa* o foco recai sobre o aspecto social e histórico envolvidos na constituição de determinado conhecimento científico. Assim, repousam nessa dimensão, por exemplo, questionamentos acerca de como surgiram determinadas teorias linguísticas e, na mesma proporção, como estas se legitimaram e adquiriram representatividade no âmbito dos estudos linguísticos.

No entanto, é importante esclarecer que a existência dessas duas dimensões no âmbito da pesquisa em HL não significa que ambas devam ser consideradas isoladamente como bem frisa Batista (2013, p. 75) quando afirma que “a pesquisa deve procurar, na medida do possível, correlacionar aspectos externos relacionados às obras com seus aspectos internos, com maior ênfase a um ou outro desses aspectos para elucidação de determinado problema em destaque”.

Partindo da percepção acerca da importância de se observar as relações entre as dimensões internas e externas envolvendo o objeto de estudo Koerner (1996) propôs realizar a investigação em HL a partir de três princípios, a saber: *contextualização*, *imanência* e *adequação*.

O *princípio da contextualização* consiste no resgate do *clima de opinião* (Koerner, 1996), entendido como o contexto intelectual, cultural e político em que as teorias se desenvolveram. A reconstrução desse contexto tem como intuito permitir ao historiógrafo estabelecer relações, diretas ou indiretas, entre as ideias que circulavam à época e o modo como surgiu ou se desenvolveu seu objeto de estudo.

Essa tentativa de resgate do clima de opinião pelo historiógrafo em linguística deve se dar também no sentido de perceber as estratégias de convencimento utilizadas na tentativa de legitimar determinada teoria, denominadas por Murray (1994) de *retórica revolucionária*, a

qual pode ser percebida no modo como o discurso científico é colocado acerca de determinada teoria ou paradigma, fazendo com que sejam aceitos e, conseqüentemente, com que os anteriores sejam de certo modo rejeitados.

Por fim, temos o *princípio da adequação*, que consiste na junção, por parte do historiógrafo, dos outros dois princípios, com vistas a ter condições de realizar análise, estabelecer relações, bem como aproximações entre os termos utilizados no material em análise à época de sua produção e o vocabulário científico atual.

Após essa contextualização acerca dos principais pressupostos teóricos da HL, passemos agora a uma breve explanação sobre a época de inserção das teorias linguísticas no âmbito do ensino de língua portuguesa no Brasil.

A esse respeito, entende-se que a década de 1960 é tida como marco inicial das transformações sofridas no âmbito do ensino de língua materna, haja vista ter ocorrido nesse recorte temporal e, pelo menos, nas duas décadas seguintes diversos acontecimentos que impulsionaram mudanças no modo de se enxergar a maneira como vinha sendo empreendido o ensino de língua portuguesa, sobretudo no que tange o ensino de gramática.

Já nesta década, como bem lembra Ilari (1992), através de decreto do Conselho Federal de Educação, em 1962 a Linguística passa a ser disciplina obrigatória na grade curricular dos cursos de Letras do país. Tal mudança acabou por favorecer a formação de *grupos de especialidades* (MURRAY, 1994), os quais passaram a promover discussões, inflamadas pelas duras críticas que vinham sendo feitas ao ensino de gramática nos moldes tradicionais, acerca dos conteúdos e metodologias utilizadas nas salas de aulas da educação básica.

Some-se a este cenário o processo de *democratização de ensino* (SOARES, 2002) que vinha se desenrolando à década de 1960, abrindo espaço nas salas da educação básica para a camada popular da sociedade, trazendo, assim, a necessidade urgente de reformulações, haja vista existir uma óbvia disparidade desse conhecimento institucionalizado entre estes novos alunos e os que pertenciam ao segmento social mais abastado.

Ainda de acordo com Soares (2002), no início dos anos 1970 o português, enquanto disciplina curricular, passou por significativa mudança em consequência da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5692/71). Tal mudança, ao contrário das demais ocorridas no quadro geral da disciplina, não teve um caráter gradual e nem se operou em decorrência de transformações socioculturais, uma vez que foi resultado de uma intervenção feita pelo governo militar de 1964. A nova lei reformulou o ensino primário e médio com base na ideologia desse governo, cujo objetivo maior era usar a educação, mais especificamente a língua, como objeto em prol do desenvolvimento. A partir disso, Soares (2002, p. 196) afirma

que

os objetivos passam a ser pragmáticos e utilitários: trata-se de desenvolver e aperfeiçoar os comportamentos do aluno como emissor e receptor de mensagens, através da utilização e compreensão de códigos diversos [...] Ou seja, já não se trata mais de estudo *sobre* a língua ou estudo *da* língua, mas de desenvolvimento do *uso* da língua.

A partir dos anos de 1980 a disciplina português passa a sofrer forte influência das ciências linguísticas que já haviam sido inseridas nos cursos de formação de professores desde 1960. As teorias linguísticas passaram a contribuir de forma significativa para o aperfeiçoamento da disciplina Língua Portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao ensino de gramática, uma vez que colaboraram, principalmente, no sentido de ampliar o conhecimento da escola acerca das diferenças entre as variedades linguísticas utilizadas pelos alunos e a considerada como variedade de prestígio. Essas reflexões, pautadas principalmente nas contribuições das teorias linguísticas, culminaram no que alguns estudiosos chamam virada sociodiscursiva da reflexão sobre o ensino de língua materna (GUEIROS, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossa breve investigação teve como objetivos já mencionados perceber a retórica de ruptura/continuidade presente na apresentação da gramática a ser investigada, bem como realizar uma análise imanente deste material, a fim de perceber se, de fato, ele apresenta movimentos de descontinuidades com o *paradigma tradicional de gramatização* (VIEIRA, 2018), no que tange aos conteúdos de sintaxe.

A análise foi dividida aqui em duas seções: a primeira compreende nossas considerações sobre a retórica utilizada na apresentação da gramática em tela e a segunda contém impressões acerca do modo como os conteúdos de sintaxe estão estruturados e de que modo estão expostos neste manual.

Iniciamos nossa análise pelo texto de apresentação da gramática (p. 05) objeto dessa pesquisa e chegamos a algumas considerações, fundamentadas pela noção de *retórica*, já exposta no aporte teórico. Os autores iniciam a apresentação da obra indicando que se trata de um material fruto de suas vivências cotidianas no magistério, o que leva o leitor a inferir que o manual irá oferecer uma base que será, de fato, útil para trabalhar gramática em sala de aula.

Em seguida, tem-se a seguinte afirmação

Quando da elaboração da mesma, tivemos sobretudo uma preocupação, um objetivo maior: você, aluno, e seu aprendizado. Nossa intenção foi, pois, conduzi-lo a uma aprendizagem de forma simples, porém completa, que o levasse por caminhos mais suaves, ao conhecimento gramatical. (Grifos nossos)

Nesse trecho, percebe-se a preocupação em deixar claro que se trata de um manual didático-pedagógico e o público para o qual se destina, característica comum nas apresentações desse tipo de gramática, como assinala Silva (2010, p.45) ao afirmar que “a gramática escolar é definida não só pelo seu uso facultativo mas habitual nos contextos de ensino de língua, mas também por considerar a si própria como tal e por indicar seu público preferencial – o escolar.” Outro ponto a ser destacado no trecho em destaque é a promessa de entregar um trabalho com gramática que não seja considerado denso ou dificultoso, como fica evidenciado pelas palavras simples e suaves. Tal afirmação parece remeter ao fato de que os compêndios de gramática tradicional até então utilizados nas escolas, não vinham cumprindo esse papel mais marcadamente didático.

Essa possível tentativa de trazer algo “diferente” do que vinha sendo feito até então, pode ser percebida também no trecho que se segue:

A Gramática continua sendo importante e seu conhecimento – fundamental – para o exercício das mais diversas atividades, principalmente nas profissões liberais, de cujos profissionais se espera correta utilização da linguagem, pouco provável sem o conhecimento sistemático da Gramática da Língua Portuguesa.

O uso de continua para se referir ao conhecimento gramatical – entendido aqui como conhecimento da gramática tradicional – parece denotar que os autores deste manual, cientes já das discussões no âmbito do ensino de língua materna, bem como das críticas tecidas à época em torno do ensino de gramática tradicional, tentam advogar em favor desse conhecimento, reafirmando sua importância, sobretudo no âmbito prático da vida futura do aluno em sociedade, o que se destaca pela afirmação de que é fundamental – para o exercício das mais diversas atividades, principalmente nas profissões liberais, que, conforme defendem os autores, necessitam de profissionais que façam a correta utilização da linguagem.

Apesar de afirmar ser o estudo sistemático de gramática fundamental para o aluno, os autores procuram evidenciar durante toda a apresentação o caráter didático e, por isso, diferenciado da obra, como fica ainda mais perceptível no excerto que se segue: “Como nosso objetivo é fazer com que você trilhe um caminho mais fácil e suave ao mundo da Gramática, organizamos o conteúdo em capítulos e estes, em quatro seções.”

Ao apresentar para o leitor – o aluno - a organização em que a gramática foi estruturada, os autores retomam o objetivo inicial do livro e trazem, mais uma vez, as palavras fácil e suave

ao se referir ao caminho que os alunos irão trilhar pelos conhecimentos gramaticais. A divisão dos capítulos em seções deixa ainda mais claro o objetivo didático do manual.

Ainda sobre a divisão em seções, os autores trazem em seguida um breve resumo para o aluno do que será contemplado em cada uma delas, sempre buscando desmistificar a ideia de que aprender gramática é algo difícil. Podemos perceber isso na apresentação da seção “exercitando”:

Exercitando – de onde procuramos tirar proveito de algum conhecimento anterior que você venha a ter e daí partir da fase seguinte. O importante, nesta seção, é que você execute as atividades propostas sem preocupações de acertos ou erros e, assim, se sinta motivado pois, desta maneira, você verá que aprender Gramática não é tão difícil.

Como o próprio título indica, esta seção é destinada a fazer uma espécie de nivelamento com base em conhecimentos prévios do aluno acerca do conteúdo a ser estudado. Aqui os autores “isentam” o aluno de preocupações com erros ou acertos, na tentativa talvez de retirar, mesmo que apenas nesta seção, o “peso” prescritivo que os manuais de gramática tradicional costumavam trazer. A partir disso, espera-se que o aluno perceba que aprender gramática não precisa mais ser considerada uma tarefa difícil e cansativa, o que, mais uma vez, demonstra a tentativa dos autores de se desvencilhar do caráter puramente teórico-prescritivo oferecido pelos compêndios veiculados até então.

No que diz respeito à análise da gramática, optamos por fazer um paralelo entre o que Vieira (2016) chama de Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG) e a abordagem do manual no que diz respeito a conteúdos de sintaxe, a fim de perceber se há movimentos de ruptura ou continuidades com o PTG.

Como o intuito deste trabalho é analisar de que modo a gramática em tela trata os conteúdos de sintaxe e se o referido manual, de algum modo, traz algo diferente do que vinha sendo apresentado pelos manuais de gramática até então, utilizaremos esse compilado de características para balizar nossa análise.

Consoante Vieira (2016, p.22), em geral, os instrumentos gramaticais:

buscam construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas legítimas; veem as variedades linguísticas dominantes na sociedade como superiores às de menor prestígio; confundem gramática, norma e língua, entendendo-as como objetos autônomos, homogêneos e estáticos, independentes de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento; privilegiam a escrita literária pregressa em detrimento de outras esferas de uso da língua; tomam a frase como unidade máxima de análise e consideram imanente o seu sentido; utilizam um aparato categorial, conceitual e terminológico comum, fixo e estanque, a despeito de lacunas e contradições.

A partir dos pontos elencados acima, podemos traçar uma espécie de quadro comparativo, buscando apontar, mesmo que não em sua totalidade, algumas dessas características nos capítulos referentes à sintaxe da gramática em análise. Para tanto, trataremos considerações mais gerais acerca da estruturação desses conteúdos, bem como a maneira como são expostos, o que pretendemos mostrar elegendo apenas um capítulo para servir de exemplo às nossas considerações.

De início, é válido dizer que a gramática em análise apresenta a seguinte divisão de conteúdos: Introdução; Fonética; Morfologia; Sintaxe; Apêndice (Estudo diversos, Semântica, Estilística, Versificação, Ortografia e Pontuação). A partir disso, podemos já dizer que se trata de uma estruturação que segue o modelo legado pela tradição greco-romana e, por esse motivo, relega a segundo plano conteúdos como semântica e estilística, caros às discussões empreendidas no âmbito da linguística à época de produção do referido manual.

No que tange ao modo como são expostos os conteúdos nos capítulos de sintaxe, a gramática estudada traz, de início, uma breve definição sobre o conteúdo a ser estudado e, logo em seguida, já dá continuidade com a seção Exercitando, que traz duas questões sendo uma para que o aluno assinale com x a resposta correta e outra para que sublinhe palavras pontuais.

Em seguida é apresentada a seção Aprendendo, a qual traz, mais uma vez, alguns breves conceitos acerca de cada tópico tratado dentro do capítulo. Tais conceitos são seguidos de exemplos elaborados por meio de frases que, na maioria das vezes, são citações de escritores consagrados.

Na seção Revedo os autores apresentam algumas poucas questões com base somente nas definições apresentadas sobre cada termo estudado, pedindo para que o aluno preencha as lacunas, num claro exercício de “decoreba”.

As atividades propostas ao final de cada capítulo não trazem nada de diferente do que já fora apresentado nas seções exercitando e revedo, uma vez que trabalha apenas com exercícios de sublinhar e, quando muito, realizar análise sintática de frases. A partir disso, podemos fazer algumas considerações.

De início, já fica claro o caráter prescritivo adotado pelo manual, haja vista não dar margem, em nenhum momento, a possíveis inconsistências advindas da intervenção exercida pelo falante sobre a língua, o que nos remete ao primeiro ponto exposto no início da seção anterior.

A gramática em tela faz uso de terminologias e conceitos oriundos da tradição greco-romana, o que nos permite inferir que consideram a língua “estranque e homogênia”. Tal consideração nos leva ao último ponto apresentado em Vieira (2016).

No que concerne aos exemplos utilizados, além do uso exclusivo de frases, fica clara a preferência da utilização de autores canônicos, muito provavelmente para legitimar determinada norma linguística e, conseqüentemente o desprestígio das variedades menos dominantes. Essa conduta está balizada pelos segundo, terceiro e quinto pontos apresentados.

A partir do exposto, é perceptível a clara filiação do manual aqui analisado com os pontos apresentados por Vieira (2016), a despeito do que vinha sendo discutido durante as duas décadas que antecederam sua produção, em termos de ensino de gramática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, podemos perceber que o texto de apresentação da gramática estudada traz, de modo muito evidente, o intuito de ser tomada como um manual didático e que seja aceito como tal pelo público ao qual se destina – os alunos – e, obviamente, mas de modo mais implícito em seu discurso, ao professor.

No que diz respeito à vinculação com os pressupostos presentes no discurso da virada pragmática, a gramática não traz a promessa de uma abordagem dos conteúdos gramaticais de cunho mais reflexivo (utilizando textos e promovendo discussões acerca da língua em uso). Isso se deve, muito provavelmente, ao fato de tratar-se da primeira edição que, por sua vez, é do início da década de 1980 e, apesar de o manual analisado ter sido produzido à época de desenvolvimento da *virada sociodiscursiva*, esse tipo de mudança, mesmo que no discurso, requer, talvez, um tempo maior para começar a, de fato, “ganhar corpo”.

Após a análise dos conteúdos de sintaxe, fica ainda mais clara a total continuidade, apresentada pela gramática, com a tradição greco-latina, o que pudemos atestar tomando por base os pontos que constituem o PTG. Ao traçar um paralelo com esse compilado de características, pudemos observar de modo mais nítido a vinculação da gramática analisada a esse paradigma.

Por fim, entendemos que as considerações a que chegamos com a análise aqui empreendida vão no sentido da importância de se perceber o peso exercido pela tradição gramatical que, apesar de tão criticada à época da produção do manual analisado e mesmo nos dias atuais, possui raízes sólidas e serviu sempre como ponto de partida até mesmo na hora de se propor mudanças.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. A **pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2003.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

BATISTA, R. de O. Retórica de ruptura e descontinuidade nas ciências da linguagem: um estudo pela Historiografia da Linguística. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 49, jul-dez. 2015. p. 119-141.

_____. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

COELHO, O.; HACKEROTT, M. M. S. Historiografia Linguística. In: GONÇALVES, Adair V.; GÓIS, Marcos Lúcio S. (Orgs.). **Ciências da linguagem: o fazer científico**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012, p. 381-407.

DIAS, G. H. M. **Ensino de Português: a caixa-preta da gramática pedagógica**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2009.

GUEIROS, L. **A tradição sociodiscursiva na reflexão sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil**. 2019. Tese qualificada (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

ILARI, R. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Perpectiva, 1998 [1962].

KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996.

MURRAY, S. O. Theory Groups and Study of Language. North America: a social history. **Studies in the history of the language sciences**, vol. 69. Amsterdã: John Benjamins, 1994.

SILVA, A, C. Sobre algumas incoerências da norma gramatical (I): análise de propostas de gramáticas escolares portuguesas. **Revista Portuguesa de Humanidades | Estudos Linguísticos**. Braga, v. 14, p. 39-60, 2010.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (org.) **Linguística da norma**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 155-178.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Revista Confluência**, n. 44-45, 2013. p. 39-59.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

_____. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas? In: Carlos Alberto Faraco; Francisco Eduardo Vieira. (Org.). **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 19-69.